

REVISTA PORTO

Programa de Pós-Graduação em História da UFRN

Volume 3 | Número 4 | 2016.2

Identidade, Desconstrução e Crítica Ideológica
Identity, deconstruction, Ideological Criticism

Carlos Henrique Armani
Professor do Departamento de História da
Universidade Federal de Santa Maria – Rio Grande do Sul, Brasil
Doutor em História, PUCRS

Revista Porto 4 (3): 146-152 [2016]

Recebido em 13/04/16 – 17/10/16

REVISTA PORTO

Resumo: Pretendo apresentar, neste artigo, uma reflexão teórico-metodológica que tem como tema central a problematização dos processos de identificação e diferenciação culturais, especialmente nacionais, e a possibilidade de pensar tais questões a partir de uma teoria da crítica ideológica.

Palavras-chave: Identidade, Desconstrução, Crítica Ideológica.

Abstract: I aim to present in this paper a theoretical and methodological reflection that has as the main theme of problematization the processes of cultural identification and differentiation, specially the national ones, and the possibility to think these questions from a theory of ideological criticism.

Keywords: Identity, deconstruction, Ideological Criticism.

IDENTIDADE, DESCONSTRUÇÃO E CRÍTICA IDEOLÓGICA

I

Pretendo apresentar, neste artigo, uma reflexão teórico-metodológica que tem como tema central a problematização dos processos de identificação e diferenciação culturais, especialmente nacionais, e a possibilidade de pensar tais questões a partir de uma teoria da crítica ideológica.

O discurso das identidades, e da nação em particular, pretende constituir a “comunidade como um todo coerente”¹, a plenitude da comunidade como uma espécie de referente absoluto, em que toda a cadeia de equivalências supõe encarnar o significado. Quer dizer, os discursos de identidade se constituem como algo significativo em uma íntima relação com significantes oscilantes e vazios, o que dá aos significados atribuídos a eles o caráter de abertura e de historicidade. Essa abertura está amplamente relacionada com o que ficou conhecido, na tradição já não mais tão recente das ciências humanas, como desconstrução. Fortemente presente nos estudos pós-coloniais e no pensamento de autores como Jacques Derrida², Frantz Fanon³, Homi Bhabha⁴, e Stuart Hall⁵ a desconstrução contribuiu para aprofundar a teorização tanto sobre a perspectiva relacional da identidade (o que Hall denomina de “processos de

¹ LACLAU, Ernesto. *Los fundamentos retóricos de la sociedad*. Buenos Aires: FCE, 2014. p. 28

² DERRIDA, Jacques. *Posições*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

³ FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: Ed. da UFJF, 2005; e *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: Ed. da UFBA, 2008.

⁴ BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1998.

⁵ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002; e *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte/ Brasília: Ed. da UFMG/ Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

identificação”), como também a temporalidade constitutiva e disruptiva da nação e seus diversos sujeitos que podem encarnar significados particulares.

Na esteira de uma série de críticas direcionadas às teorias da ideologia, a desconstrução surgiu como uma alternativa para pensar as ideias em sua historicidade e denunciar o problema do ponto externo a si mesmo que o discurso de crítica da ideologia implicava, especialmente certo monopólio dos universais que algumas teorias pretenderam estabelecer, o que fez com que elas perdessem, em parte, seu potencial analítico. Mais recentemente, filósofos como Ernesto Laclau e Slavoj Žižek⁶ estabeleceram uma relação entre diversas filosofias da linguagem, incluindo a semiótica e a filosofia analítica, com as teorias da ideologia, de modo a repensar qual o lugar da crítica da ideologia na reflexão histórico-filosófica, e particularmente, sua relação com as identidades.

Trata-se de colocar a questão do seguinte modo: em que medida uma reflexão que pretende chamar a atenção para os discursos da nação como formas de identificação e diferenciação culturais historicamente produzidas pode ser pensada na perspectiva de uma crítica da ideologia, sem que tal pensar implique o grau zero de realidade que a crítica ideológica supostamente encarna? Entendo que a proposta de Laclau, de compreender os discursos identitários na sua abertura como significantes vazios e oscilantes nos permite pensar cadeias de equivalências em que, quanto mais preenchidas, mais abertas para a historicidade se tornam, pois mais as contingências do discurso se deparam com aquela necessidade superior que a comunidade supostamente encarna. Fazer o inventário dessas oscilações e sua relação com a comunidade plena de sentido que se pretende atingir no discurso é um dos modos possíveis de repensar a teoria da ideologia sem que ela fique dependente daquela suposta positividade que seria o núcleo duro e fechado do extra-ideológico. Ao mesmo tempo, ela nos permite escapar da cilada multicultural liberal de que todos os discursos sobre o real podem ter a mesma equivalência na condição de pontos de vistas concorrenciais em uma determinada arena de debates.

Em contextos profundamente ambíguos nos quais diversos sujeitos estão implicados, ao inventariar essas equivalências que conformam os discursos que pretendem atingir a plenitude de sentido por meio da identidade, é possível contribuir para que o suposto referente absoluto seja parte de um vazio sempre lançado na história. Essa possibilidade de repensar a ideologia lança duas premissas fundamentais do discurso ideológico, o que Laclau denomina de distorção

⁶ ŽIŽEK, Slavoj. O espectro da ideologia. In: ŽIŽEK, Slavoj (org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

constitutiva, a saber: 1) que um sentido primário se apresente como algo diferente do que é; 2) que a operação de distorção tem de ser, de algum modo, visível (2014, p. 26). A visibilidade se dá na equivalência de um conteúdo a um conjunto de outros conteúdos; a deformação, na relação de equivalência de objetos particulares.

Pensar a identidade pode implicar uma relação em que A é A. O idêntico é idêntico a si mesmo. Mas qual o caminho que A percorre para chegar a ser o que é? E para que ele se constitua naquilo que é, ele pode ser pensado somente como A, sem relação com B, C, X? Ao que tudo indica, mesmo na identidade mais formal, parece residir uma relação com. Essa relação com não é o que faz de toda a identidade um conceito turbulento na sua origem? Em uma reflexão densa sobre a identidade, Heidegger já chamou a atenção para essa abertura:

Em cada identidade reside a relação ‘com’, portanto uma mediação, uma ligação, uma síntese: a união numa unidade. Por isso a identidade aparece, na história do pensamento ocidental, com o caráter de unidade. Mas essa unidade não é absolutamente o insípido vazio daquilo que em si mesmo desprovido de relações, persiste na monótona uniformidade⁷.

A perspectiva da exterioridade constitutiva de um discurso é profundamente ancorada nessa reflexão heideggeriana, pois se a identidade aparece como monótona e uniforme, a aparência dela como tal parece destoar do fenômeno. O modo como a identidade se manifesta enquanto fenômeno não se sustenta se pensada em termos uniformes. Ao fazer a desconstrução dessa não-uniformidade, abre-se o caminho para uma historicidade radical das ideias e para uma crítica da ideologia, no sentido de fazer aparecer as ambiguidades e limites do discurso, o que reforça o caráter ideológico do discurso, ao projetar em um objeto particular da realidade a plenitude impossível da comunidade. Como sugere Laclau, “há ideologia sempre que um conteúdo particular se apresenta como algo a mais que si mesmo”⁸. Nem sempre é fácil saber o que, em um conteúdo particular, é mais do que si mesmo. Por outro lado, é possível perceber que o núcleo de realidade ao qual se colocará o discurso como forma de contraposição, a medida que permite perceber o “algo a mais”, não está garantida de antemão e nem é uma propriedade dos intelectuais.

É fundamental, neste caso, prestar atenção para os significados da identidade (especialmente nacional) nos discursos produzidos por intelectuais e ou profissionais que

⁷ HEIDEGGER, Martin. Que é isto – a filosofia?. In: _____. *Conferências e escritos filosóficos*. São Paulo: Abril Cultural, 1979. p. 179

⁸ LACLAU, Ernesto. *Op. Cit.* p. 29.

desempenhem atividades intelectuais (ensaístas, poetas, filósofos, historiadores, grande mídia, cineastas etc). A identidade se manifesta, sobretudo como uma linguagem em que, por excelência, diversos termos flutuantes se articulam diferencialmente a cadeias discursivas opostas e em cujas cadeias o termo flutuante funciona não somente como componente diferencial, mas também equivalencial a respeito dos outros componentes da cadeia. Quer dizer, tanto a visibilidade quanto a deformação constituem a representação.

O recorte espacial e cronológico que serviu de lastro empírico para pensar essas questões é o Brasil de fins do século XIX e das primeiras décadas do século XX, um período profundamente disperso, antagônico, conflituoso e ambíguo para pensar as questões nacionais e que, portanto, estende para diversos elos os componentes oscilantes e vazios que pretendem preencher a identidade. O pensamento de autores como Eduardo Prado, Oliveira Lima, Pereira Barreto, Araripe Júnior, Joaquim Nabuco, Manoel Bomfim, Graça Aranha, Raul Pompéia, Affonso Celso, Euclides da Cunha, entre outros, esteve profundamente imbricado com diversas questões cruciais para o pensamento da própria identidade nacional no Brasil, entre os quais podemos destacar a tarefa de pensar a autonomia nacional diante da abolição da escravidão, a chegada maciça de imigrantes europeus, a transição da Monarquia para a República, o imperialismo e o capitalismo de fins do século, o surto especulativo que se seguiu em torno da economia, um conjunto de guerras que se estenderam do Sul ao Nordeste do Brasil, epidemias de doenças como tuberculose, febre tifóide e febre amarela, que colocavam a sociedade frente a frente com a realidade da morte, bem como um processo de aproximação mais significativo do Brasil em relação aos Estados Unidos no âmbito das relações internacionais. No Brasil daquele período, a atmosfera intelectual era permeada por um conjunto de problemas sociais, econômicos, culturais e políticos que se atrelavam às chamadas crises valorativas, morais e institucionais. Essas questões dificilmente deixariam de estar na pauta das discussões que os intelectuais brasileiros travaram em finais do século XIX.

Contudo, mais do que isso, esses problemas fizeram parte de um esforço de fixação do sentido em que a sua flutuação e seu esvaziamento eram partes de uma mesma operação discursiva, a saber, aquela que pretendia apreender o sentido pleno da comunidade nacional – o Brasil – e eliminar as estruturas ambíguas e não relacionais de sentido, tarefa que foi fracassada.

Por exemplo, quando autores como Eduardo Prado ou Affonso Celso afirmaram que as crises econômicas eram sintomáticas do Brasil, ou que se vivia em uma ditadura durante o regime de Floriano Peixoto, ou ainda que o Brasil era assolado por guerras civis e por epidemias

que demonstravam a fraqueza do governo federal em combatê-las, as afirmações não eram distorções constitutivas a não ser no momento em que elas se constituíram como uma ideia de que o caráter do regime republicano, com todos esses atributos, seria decadente, ou que a “República Brasileira” seria a encarnação dessas equivalências que não corresponderiam mais à *essência* da nação. Nesse sentido, Prado e Celso pretendiam preencher o sentido do Brasil republicano a partir de uma série de críticas, como se todos os aspectos da realidade ressaltados por eles apreendessem a totalidade do sentido da identidade “Brasil republicano”.

O que torna ideológico o discurso, portanto, não é sua falsidade ou sua veracidade, mas a maneira como ele pretende preencher o sentido da comunidade. Não se pode deixar de perceber certa relação dessa ideia de Laclau com a exterioridade constitutiva (e transitiva) do discurso. Se a exterioridade pode ser pensada como o limite-mobilidade da transgressão⁹, articular diversas demarcações identitárias como realidades do suplemento e da diferença pode auxiliar a retomada de uma discussão sobre a questão ideológica do discurso. Neste caso, o significante *Brasil* é pensado não como o fechamento do mesmo, mas como abertura em torno dos outros que ele não é, não somente de um ponto de vista interno, o que demarca o eu do tu e do ele, como também os limites internos dessa identidade.

Essa relação de exterioridade constitutiva do discurso nacional é, em certo sentido, como sugere Benveniste¹⁰, inerente à própria constituição da formalidade do discurso, no qual o locutor, desde que se declara locutor e assume a língua, assume o outro diante de si, qualquer que seja o grau de presença que ele atribua a este outro. Ainda nas palavras de Benveniste¹¹, aquele que fala se refere sempre pelo mesmo indicador *eu* a ele-mesmo que fala, no qual aparecerá, em cada repetição do discurso sobre o *eu*, como o mesmo ato para aquele que o entende. Mas para aquele que o enuncia, de acordo com o linguísta, trata-se, a cada vez, de um ato novo, “ainda que repetido mil vezes, porque ele realiza a cada vez a inserção do locutor num momento novo do tempo e numa textura diferente de circunstâncias e de discursos”. Benveniste não tem em mente a metanarrativa nacional pensada pelos intelectuais, mas não convém ignorarmos que sua formulação sobre o discurso, especialmente a relação de pessoa (eu-tu) e de tempo joga o discurso em um devir em que cada textura diferente é um significado que leva a outro significado. Novamente, deparamo-nos com o duplo jogo de Laclau acerca dos significantes vazios e oscilantes. As variáveis pronominais, neste caso o *eu*, o *tu*, o *nós*, o *elas*

⁹ DERRIDA, Jacques. *Op. Cit.* p. 19.

¹⁰ BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 2006. p. 84

¹¹ *Ibid.* p. 68.

implicadas nos discursos nacionais, podem se estender a um nível de significação infinita. Todo o *ser* nacional é um *eu-tu-nós-eles nacional*. Neste caso, toda questão ontológica é, por excelência, uma questão dêitica.

Seria possível aplicar tal crítica ideológica a outros contextos, mais recentes, nos quais o tema da identidade nacional reaparece. A propósito, o discurso nacional tende a ser duplamente ideológico: primeiro, porque ele pretende ser preenchido com uma pletora de significantes oscilantes e vazios candidatos a serem designadores rígidos do *ser nacional*. Segundo, porque na afirmação de um *eu nacional*, reside, muitas vezes, a crença de que a identificação com a nação não pressupõe uma noção particular de bem, de escolhas do que deve ser parte do *ser* e do que deve ser descartado, como se a nação fosse um universal do qual se pudesse dispor para eliminar as particularidades e aquilo que não se deseja. Neste caso, caberia aprofundar a relação dos discursos nacionais (de discriminação, de ódio, de intolerância), com práticas que levam ao expurgo do outro.

II

Cabe apresentar algumas ideias acerca do tema da historicidade – o que dá o caráter de vacuidade e oscilação dos significantes –, pensada em sua relação com a linguagem e com a identidade relacional – relação que está no cerne da desconstrução. A desconstrução pode ser entendida como a precariedade do conceito, sua impossibilidade de formar significados unívocos da identidade. Os exteriores/interiores constitutivos (e transitivos) oferecem essa mobilidade ao pensamento da identidade nacional na condição de um devir-espaco do tempo (espaçamento), na medida em que eles colocam nas fronteiras de sua própria indecidibilidade o suplemento da nação. Mas como operar a perspectiva da historicidade como um modo de pensar os diversos tempos em que os discursos nacionais se inserem em termos de ideologia?

Entendo que a operação pode ser feita do seguinte modo: a plenitude de sentido que o significado fechado da identidade pretende manter se ancora em uma perspectiva de negação do tempo, ou de uma perspectiva em que não é o universal que toma o lugar do particular, mas em que – o que seria a equivalência temporal dessa relação – o eterno pretende tomar o lugar da historicidade que constitui os discursos. Neste caso, não somente os discursos nacionais, mas também os discursos de desconstrução de gênero tendem a ser de uma força propositiva interessante, ao desnaturalizar significantes como homem, mulher, masculino, feminino, entre

outros e todos os predicados a ele relacionados. Todo tipo de comportamento ou ideia calcados em uma identidade natural pode ser foco dessa desconstrução, sem falar que esses discursos, às vezes, se correlacionam com outras identidades, ora nacionais, ora regionais.

Um dos desafios críticos para a pesquisa sobre a constituição dos discursos identitários é pensar em que medida não somente as identidades nacionais, mas todos os processos de identificação e diferenciação culturais (de gênero, de classe, de etnia, de instituição, de época etc), não são somente estruturas formais de significado, como também um conjunto de entes que sempre mantêm, ainda que de modo tenso, uma relação com o ser, mesmo que esse ser não possa ser a plenitude da identidade e nem sequer nomeado, mas apenas acenado. Talvez manter a pergunta pelo sentido do ser seja uma das maneiras possíveis de aventar modos de discurso em que a construção é, em parte, reconstrução e desconstrução. Se conseguirmos fazer a pergunta e sustentar a diferença ontológica, não encarnando um ente qualquer ao ser, poderemos manter certa ontologia do discurso, de maneira que o fundamento extra-discursivo que balizou a crítica ideológica não seja simplesmente substituído por uma positividade fenomenológica da infinitude do campo discursivo em que todos os discursos se equivalem em um multiculturalismo festivo. Isso pode fazer toda a diferença quando se tratar de afirmar e optar por, no campo da teoria e da prática políticas, certos modos de identificação e diferenciação culturais.